

CARACTERIZAÇÃO DO DOMÍNIO DA DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO¹

CHARACTERIZATION OF THE DOMAIN OF SEXUAL AND GENDER DIVERSITY

CARACTERIZACIÓN DEL DOMINIO DE LA DIVERSIDAD SEXUAL Y DE GÉNERO

**Leonardo Borges Rodrigues Chagas²
Maria Aparecida Moura³**

Submetido em: 16/03/2026

Aprovado em: 19/03/2026

Publicado em: 21/03/2026

Artigo submetido ao sistema de similaridade



¹ Este artigo é uma versão ampliada de texto submetido, avaliado, aprovado, apresentado e premiado no XXV Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ENANCIB 2025 – Rio de Janeiro, RJ).

² Doutorando e Mestre em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGCI-UFGM). E-mail: leonardoborges@ufmg.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8166-5837>.

³ Doutora em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professora Titular da Universidade Federal de Minas Gerais. E-mail: mamoura@eci.ufmg.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2670-923X>.

Resumo: O artigo apresenta recortes de uma pesquisa em andamento que articula o tema da diversidade sexual e de gênero no contexto da Organização do Conhecimento, considerando os desafios na representação dessa temática em Sistemas de Organização do Conhecimento. Nesse contexto, o estudo tem como objetivo caracterizar a diversidade sexual e de gênero enquanto domínio do conhecimento, visando subsidiar a construção de um tesouro crítico situado nesse domínio. A pesquisa adota abordagem qualitativa e exploratória, fundamentada nos pressupostos da Análise de Domínio proposta por Hjørland. Os procedimentos metodológicos envolvem pesquisa bibliográfica e documental, com levantamento de fontes acadêmico-científicas, produções político-discursivas do movimento organizado, documentos institucionais e materiais normativos. Os resultados indicam que a Análise de Domínio, aliada aos princípios de garantia ética e cultural, oferece fundamentos teóricos e metodológicos adequados para compreender a complexidade do domínio analisado e orientar a construção de esquemas de representação mais sensíveis, representativos e socialmente responsáveis.

Palavras-Chave: Organização do Conhecimento; Análise de Domínio; Gênero; Sexualidade.

Abstract: *This article presents excerpts from ongoing research that addresses the theme of sexual and gender diversity within the context of Knowledge Organization, considering the challenges in representing this theme in Knowledge Organization Systems. In this context, the study aims to characterize sexual and gender diversity as a domain of knowledge, in order to support the construction of a critical thesaurus situated within this domain. The research adopts a qualitative and exploratory approach, grounded in the assumptions of Domain Analysis proposed by Hjørland. The methodological procedures involve bibliographic and documentary research, with a survey of academic and scientific sources, political-discursive productions of the organized movement, institutional documents, and normative materials. The results indicate that Domain Analysis, combined with the principles of ethical and cultural guarantee, offers adequate theoretical and methodological foundations for understanding the complexity of the analyzed domain and guiding the construction of more sensitive, representative, and socially responsible representation schemes.*

Keywords: Knowledge Organization; Domain Analysis; Gender; Sexuality.

Resumen: *Este artículo presenta extractos de una investigación en curso que aborda la diversidad sexual y de género en el contexto de la Organización del Conocimiento, considerando los desafíos que implica su representación en los Sistemas de Organización del Conocimiento. En este contexto, el estudio busca caracterizar la diversidad sexual y de género como un dominio del conocimiento, con el fin de apoyar la construcción de un tesouro crítico situado dentro de este dominio. La investigación adopta un enfoque cualitativo y exploratorio, fundamentado en los supuestos del Análisis de Dominios propuesto por Hjørland. Los procedimientos metodológicos incluyen investigación bibliográfica y documental, con un análisis de fuentes académicas y científicas, producciones*

político-discursivas del movimiento organizado, documentos institucionales y materiales normativos. Los resultados indican que el Análisis de Dominios, combinado con los principios de garantía ética y cultural, ofrece fundamentos teóricos y metodológicos adecuados para comprender la complejidad del dominio analizado y orientar la construcción de esquemas de representación más sensibles, representativos y socialmente responsables.

Palabras clave: Organización del Conocimiento; Análisis de Dominios; Género; Sexualidad.

1 INTRODUÇÃO

A Organização do Conhecimento (OC) é uma área central da Biblioteconomia e Ciência da Informação (BCI), que estuda as leis, os princípios, os processos e os instrumentos relacionados com a organização, representação e recuperação do conhecimento registrado (Barité, 2015; Hjørland, 2016). Nesse contexto, Sistemas de Organização do Conhecimento (SOCs) são estruturas conceituais que relacionam termos, conceitos e definições de um determinado domínio do conhecimento para fins de organização, armazenamento e recuperação da informação (Barité, 2015; Hjørland, 2016).

As atividades e os produtos da OC constituem práticas sociais atravessadas por relações de poder e condicionadas por circunstâncias históricas, culturais, políticas, econômicas e religiosas. Tais condicionantes podem cristalizar preconceitos e discriminações nos esquemas de representação, o que compromete a recuperação da informação pelos usuários dos sistemas (Barité, 2011; Beghtol, 2002; Guimarães; Pinho, 2007; Mai, 2013; Milani, 2014; Moura, 2018, 2020; Olson, 2002; Pinho, 2010).

Diferentes autores partem da lógica foucaultiana de dispositivo para caracterizar os SOCs (de um modo geral) e os tesouros (de um modo particular) como dispositivos de informação e conhecimento,

tendo em vista que esses instrumentos discursivos se inscrevem em relações de poder e saber e como tal podem viabilizar discursos hegemônicos, autoritários e regulatórios (Moura, 2018, 2020).

É nesse contexto que se insere a problemática da diversidade sexual e de gênero, pois historicamente, temáticas relacionadas à lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros, queer, intersexuais, assexuais, pansexuais, não-binários e demais identidades sexuais e de gênero dissidentes (LGBTQIAPN+) ou foram invisibilizadas nos SOCs ou tratadas como patologias, anormalidades e desvios. Termos oriundos de discursos médicos, jurídicos e morais foram incorporados nos SOCs, reproduzindo concepções hegemônicas sobre sexo, gênero e sexualidade.

Em se tratando de terminologias LGBTQIAPN+⁴, existem termos considerados inadequados que reforçam preconceitos, estereótipos e discriminações em oposição a termos considerados representativos que refletem a diversidade sexual e de gênero. Relacionado a isso, atores sociais têm problematizado o papel do discurso na produção e manutenção da LGBTIfobia⁵, tendo em vista que o discurso da cisheteronormatividade⁶ não só naturaliza as violências de todos os tipos contra essa parcela da sociedade bem como impõe um apagamento sistematizado de suas memórias, histórias e culturas.

Embora existam muitos avanços nos estudos de gênero e

⁴ Existe uma gama de siglas para caracterizar os sujeitos da diversidade sexual e de gênero, entretanto, no contexto desse trabalho, adota-se o acrônimo LGBTQIAPN+ por considerar que o vocábulo contempla a multiplicidade de identidades sexuais e de gênero.

⁵ Entende-se a LGBTIfobia como um termo “guarda-chuva” utilizado para compreender todas as formas de violência contra as pessoas LGBTQIAPN+.

⁶ Cisheteronormatividade ou heterocisnormatividade refere-se a um conjunto de normas e crenças socioculturais que partem do pressuposto de que os seres humanos devem se enquadrar na concepção binária de gênero (masculino ou feminino) e no padrão sexual da heterossexualidade

sexualidade, no contexto brasileiro essas discussões não se materializaram nos esquemas de representação que ainda são insuficientes para organizar e representar esse domínio do conhecimento. Além de invisibilizar uma multiplicidade de identidades, esses instrumentos continuam perpetuando discursos discriminatórios cristalizados em terminologias nosográficas⁷ já superadas no discurso acadêmico e científico da contemporaneidade.

A partir dessas considerações, o artigo apresenta uma proposta de modelagem de domínio aplicado à complexidade do domínio LGBTQIAPN+. Nesse sentido, a pesquisa tem por objetivo operacionalizar a Análise de Domínio (AD) para a construção de um tesouro crítico situado no domínio LGBTQIAPN+.

2 ANÁLISE DE DOMÍNIO

Tendo em vista que o conhecimento é o objeto de estudo da OC e que o conhecimento se estrutura e se organiza por meio de conceitos, pode-se definir Análise de Domínio (AD) como um paradigma social e epistemológico desenvolvido por Hjørland e Albrechtsen (1995) no contexto da BCI para compreender como o conhecimento é produzido, organizado e comunicado em diferentes contextos de atuação.

Os estudos em análise de domínio surgem na década de 1990 e se desenvolveram no campo refletindo as preocupações de se considerar o contexto social, histórico e linguístico do domínio ao qual se pretende representar. Trata-se de uma abordagem da BCI que afirma que a melhor forma de se estudar os domínios de

⁷ Termos relacionados a doenças, desvios e transtornos.

conhecimento é estudá-los como comunidade discursiva ou de pensamento, o que permite compreender como o conhecimento científico se constrói e se socializa (Dias, 2015; Hjørland, 2002; Hjørland, 2017; Hjørland; Albrechtsen, 1995).

Anteriormente, na década de 1980, o termo “Análise de Domínio” já era empregado na área da Engenharia de Software para designar uma das etapas do processo de construção e avaliação de sistemas computacionais. Entretanto, no contexto da BCI, o termo foi introduzido por Hjørland e Albrechtsen (1995) para reivindicar e explicitar perspectivas epistemológicas e sociológicas da informação, fornecendo assim o elo de volta à epistemologia social no campo da BCI (Hjørland, 2002, 2017).

Hjørland e Hartel (2003) propõem uma abordagem multidimensional do conhecimento ao reconhecerem três dimensões para aplicação da AD: dimensão ontológica, dimensão epistemológica e dimensão sociológica. A dimensão ontológica refere-se às teorias e conceitos ontológicos sobre os objetos da atividade humana, preocupando-se em observar objetos, entidades ou fenômenos que são reconhecidos como reais. A dimensão epistemológica visa compreender como o conhecimento sobre esses objetos é construído e validado. Olhar para essa dimensão significa observar teorias e conceitos epistemológicos sobre o conhecimento e as maneiras de adquirir conhecimento. A dimensão sociológica enfoca os aspectos sociais, destacando a importância das comunidades de prática, dos atores sociais e coletivos envolvidos na construção, sustentação e transformação de um determinado domínio (Hjørland, 2017; Hjørland; Barros, 2024; Hjørland; Hartel, 2003).

Existem 11 abordagens para a AD, que são 11 maneiras de identificar um determinado domínio do conhecimento (Hjørland, 2002, 2017; Hjørland; Barros, 2024). Dentre as 11 abordagens, destaca-se três – “Produção e avaliação de classificações especiais e tesouros”; “Estudos epistemológicos e críticos de diferentes paradigmas, suposições e interesses em domínios” e “Conhecimento de estudos terminológicos, linguagem para fins especiais (LSP) e análise de discurso em campos do conhecimento” – que poderiam ser operacionalizadas para construção do tesouro crítico situado na temática LGBTQIAPN+.

2.1 Conceitos Operacionais

Para operacionalizar a Análise de Domínio (AD) no contexto dessa pesquisa, torna-se necessário enfatizar os conceitos de domínio, comunidade discursiva e discurso. São conceitos de difícil aceção, pois os seus significados variam conforme os autores, os campos do conhecimento e os contextos de aplicação. Entretanto, apresentam-se, a seguir, as definições operacionais que serão utilizadas para a construção do modelo.

Domínio: A literatura de AD compreende o domínio como um conceito aberto para caracterizar um corpo de conhecimento dinâmico e em constante evolução. No contexto dessa pesquisa, domínio pode ser compreendido em seu sentido amplo, como um campo científico, uma disciplina acadêmica, uma área do conhecimento, uma área de especialização, um campo amplo do conhecimento, um grupo de usuário, um grupo de pessoas trabalhando juntas em uma organização, uma empresa, um corpo de literatura, uma comunidade discursiva, hobbies, dentre outras definições que compreende o

conhecimento de um grupo de pessoas que compartilham compromissos ontológicos e epistemológicos (Amorim; Café, 2016; Dias, 2015; Hjørland, 2017; Mai, 2005).

Comunidade discursiva: a comunidade discursiva ou de pensamento pode ser definida como organização social, como atores sociais e coletivos que definem a ordenação e limitação de um determinado domínio do conhecimento (Amorim; Café, 2016; Dias, 2015; Hjørland, 2017). Também podem ser definidas como

Aqueles formadas pelo pensamento, linguagem e conhecimento sincronizados de grupos sociais distintos que fazem parte da sociedade moderna. São construções sociais constituídas por indivíduos e suas dimensões culturais, sociais e históricas” (Almeida, 2007, s.p. *apud* Dias, 2015, p. 10).

Essas comunidades podem ser reconhecidas a partir de oito critérios: objetivos comuns; léxico específico; participações ativas em ações, atividades e feedback; mecanismos de comunicação interna; uso de gêneros na promoção de seus objetivos comunicativos; presença de membros experientes; desenvolvimento de entendimentos tácitos; e horizontes de expectativas (Swales, 2017). Sob essa ótica, as comunidades discursivas estabelecem as fronteiras de seu o domínio, definindo conceitos e significados que refletem as suas perspectivas ontológicos, epistemológicos e sociais.

Discurso: O conceito de discurso assumido nessa pesquisa é do linguista britânico Norman Fairclough. Fairclough (2016) define o discurso como linguagem em uso; como uma forma de prática social; como um modo de ação em que as pessoas podem agir e interagir no mundo e principalmente sobre outras pessoas; e como forma de identificação, representação e significação do mundo. Nesse sentido,

o discurso contribui para a construção de identidades sociais e posições de sujeitos (função identitária – modo como as identidades são estabelecidas no discurso); construção das relações sociais entre as pessoas (função relacional – modo como as relações são representadas e negociadas) e construção de sistemas de conhecimento e crença (função ideacional – modo como os textos significam o mundo e seus processos, entidades e relações) (Fairclough, 2016).

A partir desses três conceitos, o domínio LGBTQIAPN+ será delimitado conforme os pressupostos teóricos e metodológicos da Análise de Domínio.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa se caracteriza como estudo exploratório de abordagem qualitativa, fundamentada nos pressupostos teóricos e metodológicos da Análise de Domínio com o foco na compreensão crítica e situada sobre a diversidade sexual e de gênero. Tal abordagem permite compreender a temática LGBTQIAPN+ como domínio do conhecimento, considerando os contextos, os significados, e os aspectos éticos e socioculturais envolvidos.

Quanto aos procedimentos, a pesquisa se caracteriza como bibliográfica e documental, pois será desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de fontes bibliográficas produzidas pela academia e principalmente pelos movimentos sociais

O artigo apresenta recortes de uma pesquisa em andamento no doutorado, cujo objetivo é caracterizar a temática LGBTQIAPN+ enquanto domínio do conhecimento, identificando termos, conceitos

e suas relações. Nesse contexto, o Movimento LGBTQIAPN+ será compreendido enquanto comunidade discursiva específica, que compartilha compromissos ontológicos e epistemológicos que delimitam a diversidade sexual e de gênero.

4 O DOMÍNIO DA DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO

O domínio da diversidade sexual e de gênero pode ser descrito como um campo dinâmico, complexo e transdisciplinar, constituído por teorias, práticas, termos, conceitos e categorias que abordam a diversidade sexual e de gênero. Trata-se de um domínio que articula perspectivas sobre as identidades, construídas a partir de diferentes campos, tais como estudos de gênero, estudos gays, lésbicos, trans e queer, dentre outros relacionados à temática. Nesse contexto, a produção de conhecimento não se restringe a um único campo social, sendo formulada e disputada por diferentes comunidades discursivas, entre as quais se destacam a comunidade acadêmico-científica, movimentos sociais organizados, organismos internacionais, coletivos, instituições estatais, entre outras comunidades.

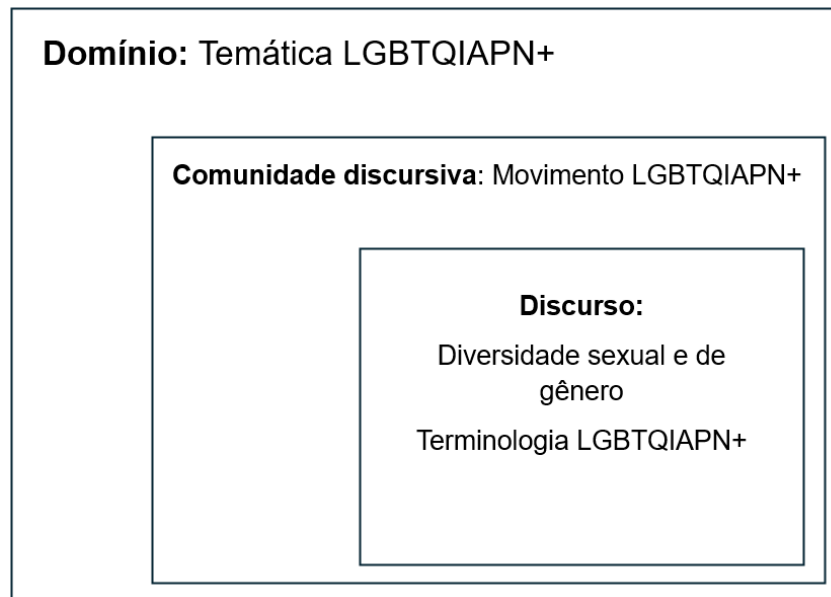
Embora se reconheça essa pluralidade de atores sociais e coletivos na constituição do domínio, esta pesquisa privilegia analiticamente o movimento LGBTQIAPN+ organizado. Essa escolha se justifica pelo papel histórico desempenhado por esse movimento na produção, formulação e ressignificação de categorias identitárias. Além disso, o movimento constitui um espaço heterogêneo de articulação discursiva, no qual circulam e se articulam termos, conceitos, teorias e terminologias provenientes de outras comunidades discursivas.

Considerando o exposto, o Movimento LGBTQIAPN+⁸ pode ser definido como uma comunidade discursiva específica que produz conhecimentos sobre as identidades sexuais e de gênero. Essa comunidade produz “saberes situados” sobre a diversidade, os quais refletem compromissos ontológicos, epistemológicos e sociais específicos.

De acordo com Haraway (1995), os saberes situados correspondem a formas de conhecimento que reconhecem sua origem em posições sociais, históricas e corporificadas específicas. Ao criticar a suposta objetividade neutra e universal das ciências modernas, a autora argumenta que o conhecimento é sempre localizado, isto é, produzido a partir de posições particulares de observação. O reconhecimento dessa condição torna o conhecimento sobre as diversidades mais crítico, reflexivo e responsável.

As práticas sociais e discursivas do movimento LGBTQIAPN+ articulam terminologias próprias, que desafiam as estruturas classificatórias tradicionais no campo da Organização do Conhecimento (OC). O modelo apresentado na Figura 1 sintetiza essas formulações:

⁸ Movimento social e político em defesa em defesa da diversidade sexual e de gênero. Facchini (2003, p. 84) concebe o movimento enquanto “conjunto das associações e entidades, mais ou menos institucionalizadas, constituídas com o objetivo de defender e garantir direitos [...]”. Siglas como MHB, MGL, GLT, GLTT, GLTTT, GLBT, LGBT, LGBTI+, LGBTIA+ LGBTQIA+, LGBTQIAP+, dentre outras siglas características, são vocábulos construídos no contexto de surgimento e desdobramentos do Movimento Homossexual Brasileiro (Facchini, 2009; Quinalha, 2022)

Figura 1 – Domínio LGBTQIAPN+

Fonte: Elaboração própria (2025) baseada em Fairclough (2016).

Para compreender esse domínio de investigação, convém enfatizar duas vertentes (essencialismo versus construcionismo) que têm organizado o campo dos estudos de gênero e sexualidade e fornecem compreensões mais amplas sobre as identidades sexuais e de gênero (Quinalha, 2022).

A perspectiva essencialista parte da ideia de corpos naturalizados ao postular que as identidades decorrem de atributos inatos e naturais. Nesse sentido, tanto o gênero quanto a sexualidade teriam significado fixo na história. A perspectiva construcionista leva em consideração que tanto o gênero quanto a sexualidade

possuem uma inscrição na história e na cultura que é mais relevante do que as determinações dos códigos genéticos e biológicos. Aliás, em determinadas leituras, sequer a própria natureza teria existência autônoma fora de um registro cultural (Quinalha, 2022, p. 29).

Para a compreensão das identidades LGBTQIAPN+ assumidas nesta pesquisa, interessa as perspectivas construcionistas, que

questionam noções fixas e essencialistas de se pensar os sujeitos para compreender a identidade como algo construído e em constante transformação. Nesse sentido, os termos e conceitos sobre a diversidade sexual e de gênero giram em torno de três macro categorias distintivas – sexo, gênero e orientação sexual – conforme descritos no Quadro 1:

Quadro 1 – Sexo, Gênero e Orientação Sexual

Sexo	Gênero	Orientação Sexual
<p>Enfatiza características biológicas (cromossomos, hormônios, órgãos reprodutivos e genitais).</p> <p>-Feminino; -Masculino; -Intersexo (termo guarda-chuva para característica variações das características sexuais que dissidem do binarismo médico-normativo “masculino/feminino”).</p>	<p>Enfatiza construções sociais e culturais, historicamente situadas.</p> <p>-Identidade de gênero: experiência interna/individual que cada pessoa tem de si e do seu corpo.</p> <p>-Expressão de gênero: forma como cada pessoa manifesta socialmente o seu gênero</p>	<p>Enfatiza o direcionamento da atração sexual, afetiva e emocional.</p> <p>- Alossexual: refere-se à atração sexual/afetiva/emocional entre as pessoas.</p> <p>-Assexual: refere-se à ausência de atração sexual/afetiva/emocional e/ou atração em circunstâncias específicas.</p>
	<p>- Queer: categoria inclusiva para pessoas não heterossexuais e não cisgênera.</p>	

Fonte: Elaboração própria (2025).

O quadro apresentado sintetiza os eixos conceituais que são mobilizados nesta pesquisa. A compreensão dessas três macrocategorias orienta a organização de uma multiplicidade de conceitos sobre as identidades sexuais e de gênero.

4.1 Tesouro Crítico Situado no Domínio da Diversidade Sexual e de Gênero

Grosso modo, os tesouros são vocabulários construídos para apoiar a prática de indexação de conteúdo documentais nos sistemas de recuperação da informação (SRI). São esquemas conceituais que estruturam o conhecimento de um determinado domínio.

Diferentes princípios fundamentam a construção dos tesouros e de sistemas de organização do conhecimento (SOCs) de um modo geral, tais como garantia literária, garantia de uso/usuário, garantia cultural, garantia ética, entre outras que enfatizam a noção de autorização na construção desses instrumentos (Barité, 2019).

No contexto desta pesquisa, enfatiza-se as garantias ética e cultural, tendo em vista que a delimitação do domínio LGBTQIAPN+ demanda uma postura crítica sobre as particularidades culturais e linguísticas desse domínio de investigação, bem como reflexões éticas advindas dessas particularidades.

A garantia cultural refere-se à observância do contexto sociocultural e da forma de representação legitimada pela comunidade LGBTQIAPN+. A garantia ética, por sua vez, refere-se à observância de princípios de justiça, respeito e não discriminação no processo de organização e representação da diversidade sexual e de gênero, de modo a evitar vieses, apagamentos e discriminações.

O Quadro 2 sintetiza a proposta que foi delineada para abordar esse domínio, observando essas garantias e os pressupostos teóricos e metodológicos da Análise de Domínio:

Quadro 2 – Domínio da diversidade sexual e de gênero

Tesouro Crítico situado sobre a diversidade sexual e de gênero		
DOMÍNIO	COMUNIDADE DISCURSIVA	DISCURSO
Delimitação do domínio: mapeamento conceitual da temática LGBTQIAPN+, observando as dimensões ontológica, epistemológica e sociológica.	Seleção dos atores sociais e coletivos envolvidos na construção, sustentação e transformação do domínio com o foco para o movimento social organizado.	Análise crítica do discurso: identificar os embates conceituais e as disputas de significados na utilização dos termos.
<p>4. Levantamento bibliográfico e documental orientado pelas garantias literária, ética e cultural:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Identificar e coletar fontes primárias, secundárias e terciárias que abordam o domínio de investigação: selecionar livros, artigos científicos, glossários, manuais, guias, cartilhas, dicionários, documentos técnicos, políticos, dentre outros recursos; - Fazer leitura documentária e análise fluente, observando as três dimensões de aplicação da AD: <ul style="list-style-type: none"> ● Ontológica: identificar objetos e fenômenos que são reconhecidos no domínio, mapeando termos e conceitos que são utilizados para representar esses objetos e fenômenos; ● Epistemológica: identificar as principais teorias, paradigmas, perspectivas e autores que estruturam o domínio. Compreender como o conhecimento é produzido e validado nesse universo; ● Sociológica: identificar os atores sociais e coletivos envolvidos na construção, sustentação e transformação desse domínio de investigação. <p>Seleção de termos e conceitos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Identificar os termos e definir os conceitos, observando a garantia ética e cultural; - Categorizar os conceitos organizando em grupos ou classes; - Criar notas de escopo, históricas e explicativas enfatizando as disputas de significados. 		
<p>6. Estabelecimento de relações conceituais:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Relações hierárquicas: apontar relações de inclusão: gênero/espécie, todo/parte, classe/instância; - Relações de equivalência: apontar termos preferidos e não preferidos, sinonímia ou variantes, enfatizando os embates conceituais e as disputas de significados; - Relações associativas: apontar relações de proximidade; - Relações de oposição: apontar antagonismos e tensões; - Dentre outras relações possíveis. <p>. Construção do protótipo:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Escolha do software de apoio; - Sistematizar as relações conceituais na estrutura de um tesouro. 		

Fonte: Elaboração própria (2025).

A construção dessa proposta é uma tentativa de operacionalizar a AD para representar a complexidade da temática LGBTQIAPN+. Sua

aplicação visa subsidiar a construção de um tesouro crítico e situado, capaz de refletir a diversidade sexual e de gênero, proporcionando maior representatividade em sistemas de informação e contribuindo com as discussões teóricas sobre essa temática no campo da BCI.

A partir da leitura e análise das publicações e dos diferentes materiais que compõem o universo empírico da pesquisa, foi possível selecionar um conjunto de termos e conceitos representativos sobre a diversidade sexual e de gênero. Esse *corpus* terminológico foi sistematizado em categorias conceituais, o que permite evidenciar as principais dimensões temáticas que estruturam esse domínio. O Quadro 3 apresenta a síntese analítica utilizada para a constituição do *corpus*.

Quadro 3 – Síntese analítica do *corpus* terminológico

Dimensão analítica	Contribuição para o <i>corpus</i>	Atores sociais e coletivos
Comunidade discursiva	Produção, formulação e circulação de categorias identitárias	Associação Brasileira Intersexo (ABRAI);
		Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT)
		Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA)
		Aliança Nacional LGBTI+
		Grupo Gay da Bahia (GGB)
Publicações acadêmico-científicas: livros, artigos, teses, dissertações, monografias etc.	Fundamentação teórica e conceitual sobre diversidade sexual e de gênero	Associação Brasileira de Estudos da Trans-Homocultura (ABETH): https://www.abeth.com.br/
		Autores internacionais: Foucault (1988); Rich (2010); Rubin (2017); Preciado (2022); Wittig (2022)
		Autores brasileiros: Facchini (2003, 2009); Ferrari (2004); Jesus (2012); Junqueira (2012); Miskolci (2012); Mott (2006, 2024); Pinho (2010, 2021); Pinho; Guimarães (2011); Prado; Machado (2008); Quinalha (2022); Torres; Prado (2014); Trevisan (2018); Vergueiro (2015); Ziller; Barretos; Xavier (2023)
Documentos institucionais	Institucionalização, normatização e uso de	Brasil (2013) "Habilitação/celebração de casamento civil"

de Estado (políticas públicas, relatórios, guias, etc.)	termos, conceitos e categorias	Brasil (2017) "MPF e a igualdade de direitos para LGBTI"
		Brasil (2018) "Projeto de Lei, Estatuto da diversidade sexual e de gênero"
		Brasil (2019) "Enquadramento da homofobia e da transfobia como crime de Racismo"
		Brasil (2023) "Conselho Nacional dos direitos das pessoas LGBTQIA+"
Produção político-jurídica	Formulação/legitimação jurídico normativa de termos, conceitos e categorias	Zambrano; Lorea; Meinerz; Borges (2006)
		TheYogyakarta (2017)

Fonte: Elaboração própria (2025).

A partir dessa sistematização, observa-se que o domínio da diversidade sexual e de gênero se organiza a partir de diferentes dimensões discursivas e institucionais. Essa multiplicidade de perspectivas revela a complexidade do domínio e reforça a necessidade de estruturas conceituais mais sensíveis e contextualizadas nos sistemas de organização do conhecimento.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O resumo expandido apresenta a Análise de Domínio (AD) como estratégia teórica e metodológica para a construção de um tesouro crítico situado na temática LGBTQIAPN+. A proposta destaca a importância de uma abordagem crítica e sensível à diversidade sexual e de gênero, tendo em vista o caráter contextual, flexível e instável que atravessa a construção conceitual e terminológica sobre a diversidade sexual e de gênero. A AD hjørlandiana fornece conceitos, ferramentas e categorias necessárias para trabalhar questões sociodiscursivas na representação e organização do conhecimento. Nesse sentido, os pressupostos da AD alinhados aos princípios de

garantia ética e cultural apresentam o percurso crítico necessário para trabalhar a complexidade do domínio LGBTQIAPN+.

Como etapas futuras, a pesquisa avançará na complementação do *corpus* terminológico, seguida da modelagem conceitual e implementação em software específico. Posteriormente, pretende-se validar o instrumento junto a especialistas da informação, bem como atores sociais e coletivos LGBTQIAPN+. Pretende-se, com esta pesquisa, ampliar a representatividade da multiplicidade de identidades sexuais e de gênero nos sistemas de organização e representação do conhecimento.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Igor Soares; CAFE, Lígia Maria Arruda. Os conceitos de comunidade discursiva, domínio e linguagem na análise de domínio hjørlândia. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 17., 2016, Salvador. **Anais** [...] Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2016. Disponível em: <https://brapci.inf.br/v/190585>. Acesso em: 04 mar. 2026.

BARITÉ, Mario. **Diccionario de organización del conocimiento: clasificación, indización, terminología**. 6. ed. Montevideo: CSIC, 2015.

BARITÉ, Mario. La garantía cultural como justificación en sistemas de organización del conocimiento: aproximación crítica. **Palabra Clave**, La Plata, v. 1, n. 1, p. 2-11, 2011. Disponível em: http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1853-99122011000200002. Acesso em: 04 mar. 2026.

BARITÉ, Mario. Towards a general conception of warrants: first notes. **Knowledge Organization**, [s.l.], v. 46, n. 8, p. 647-655, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.5771/0943-7444-2019-8-647>. Acesso em: 04 mar. 2026.

BEGHTOL, Clare. A proposed ethical warrant for global knowledge representation and organization systems. **Journal of Documentation**, London, v. 58, n. 5, p. 507-532, 2002.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Resolução nº 175, de 14 de maio de 2013**. Dispõe sobre a habilitação, celebração de casamento civil, ou de conversão de união estável em casamento, entre pessoas de mesmo sexo. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/1754>. Acesso em: 10 mar. 2026.

BRASIL. **Decreto nº 11.471, de 6 de abril de 2023**. Institui o Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Queers, Intersexos, Assexuais e Outras (CNLGBTQIA+). Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/d11471.htm. Acesso em: 12 mar. 2026.

BRASIL. Comissão de Direitos Humanos. **Projeto de Lei nº 134, de 2018**. Institui o Estatuto da diversidade sexual e de gênero. Brasília, DF: Senado Federal, 2018. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/132701>. Acesso em: 12 mar. 2026.

BRASIL. Ministério Público Federal. Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão. **O Ministério Público e a Igualdade de Direitos para LGBTI: conceitos e legislação**. 2. ed., rev. e atual. Brasília: MPF, 2017. Disponível em: <https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/handle/192/10876>. Acesso em: 12 mar. 2026.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão n. 26-DF**. Relator: Ministro Celso de Mello. Brasília, julgado em 13 de junho de 2019. Dispõe sobre enquadramento da homofobia e da transfobia como tipo penal definido na Lei do Racismo, Lei nº 7.716/89, até que sobrevenha legislação autônoma, editada pelo Congresso Nacional. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=4515053>. Acesso em: 10 mar. 2026.

DIAS, Célia da Consolação. A análise de domínio, as comunidades discursivas, a garantia de literatura e outras garantias. **Informação & Sociedade**: estudos, João Pessoa, v. 25, n. 2, p. 7-17, 2015. Disponível em: <https://brapci.inf.br/v/92174>. Acesso em: 04 mar. 2026.

FACCHINI, Regina. Entre compassos e descompassos: um olhar para o "campo" e para a "arena" do movimento LGBT brasileiro. **Bagoas**, [s.l.], v. 3, n. 4, 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2300>. Acesso em: 04 mar. 2026.

FACCHINI, Regina. Movimento homossexual no Brasil: recompondo um histórico. **Cadernos AEL**, [s.l.], v.10, n.18/19, 2003. Disponível em: <https://ojs.ifch.unicamp.br/index.php/ael/article/view/2510/1920>. Acesso em: 04 mar. 2026.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Tradução de Izabel Magalhães. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2016.

FERRARI, Anderson. Revisando o passado e construindo o presente: o movimento gay como espaço educativo. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 25, p. 105-115, jan/fev/mar/abr, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/CXtdJcMJFG9RmNXJrDyPBcN/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 12 mar. 2026.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. Tradução: Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 13. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988. Título original em francês: *Histoire de la sexualité I: la volonté de savoir*.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves; PINHO, Fabio Assis. Desafios da representação do conhecimento: abordagem ética. **Informação & Informação**, [s.l.], v. 12, n. 1, p. 19-39, 2007. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/33397>. Acesso em: 04 mar. 2026.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**,

[s./], v. 5, 1995. p. 07-41. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/issue/view/195>. Acesso em: 03 mar. 2026.

HJØRLAND, Birger. Domain Analysis. **ISKO Encyclopedia of Knowledge Organization**, [s./], v. 44, n. 6, p. 436-464, 2017. Disponível em: https://www.isko.org/cyclo/domain_analysis. Acesso em: 04 mar. 2026.

HJØRLAND, Birger. Domain analysis in information science: eleven approaches traditional as well as innovative. **Journal of Documentation**, [s./], v. 58, n. 4, p. 422-462, 2002.

HJØRLAND, Birger. Knowledge organization (KO). **ISKO Encyclopedia of Knowledge Organization**, [s./], v. 43, n. 6, p. 475-84, 2016. Disponível em: http://www.isko.org/cyclo/knowledge_organization. Acesso em: 04 mar. 2026.

HJØRLAND, Birger; ALBRECHTSEN, H. Toward a new horizon in Information Science: domain analysis. **Journal of the American Society for Information Science**, v.46, n.6, p.400-425, jul. 1995.

HJØRLAND, Birger; BARROS, Thiago Henrique Bragato. Análise de domínio. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 30, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1808-5245.30.140568>. Acesso em: 04 mar. 2026.

HJØRLAND, Birger; HARTEL, J. Afterword: ontological, epistemological and sociological dimensions of domains. **Knowledge Organization**, [s./], v. 30, n.3/4, p. 239-245, 2003.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre identidade de gênero**: conceitos e termos. Brasília: Jaqueline Gomes de Jesus, 2012.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Homofobia: limites e possibilidades de um conceito em meio a disputas. **Bagoas - Estudos gays**: gêneros e sexualidades, [s./], v. 1, n. 01, 27 nov. 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2256>. Acesso em: 12 mar. 2026.

MAI, Jens-Erik. Analysis in indexing: Document and domain centered approaches. **Information processing and management**, [s.l.], v. 41, p. 599-611, 2005.

MAI, Jens-Erik. Ethics, values and morality in contemporary library classifications. **Knowledge Organization**, [s.l.], v. 40, n. 4, p. 241-253, 2013. Disponível em: [10.5771/0943-7444-2013-4-242](https://doi.org/10.5771/0943-7444-2013-4-242). Acesso em: 04 mar. 2026.

MILANI, Suellen Oliveira. **Bias na representação de assunto: uma discussão de oposições binárias nos Functional Requirements for Subject Authority Data (FRSAD)**. 2014. 134 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2014.

MISKOLCI, Richard. **Teoria queer**: um aprendizado pelas diferenças. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora; Ouro Preto, MG: Universidade Federal de Ouro Preto, 2012.

MOTT, Luiz. Igreja e homossexualidade no Brasil: cronologia temática, 1547-2006. In: CONGRESSO INTERNACIONAL SOBRE EPISTEMOLOGIA, SEXUALIDADE E VIOLÊNCIA, 2., 2006, São Leopoldo. **Anais** [...]. São Leopoldo, 2006.

MOTT, Luiz. **Xica Manicongo**: 1ª Travesti do Brasil. Grupo Gay da Bahia, 2024. Disponível em: <https://grupogaydabahia.com.br/ob retrato-falado-de-xica-manicongo/>. Acesso em: 12 mar. 2026.

MOURA, Maria Aparecida. Organização social do conhecimento e performatividade de gênero: dispositivos, regimes de saber e relações de poder. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v.14, n.2, p. 118-135, novembro 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18617/liinc.v14i2.4472>. Acesso em: 04 mar. 2026.

MOURA, Maria Aparecida. Décoloniser les savoirs. Genre et race dans les discours des systèmes d'organisation de connaissance de circulation globale. **Revue Intelligibilité du numérique**, [s.l.], n. 1, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.34745/numerev_1692. Acesso em: 04 mar. 2026.

OLSON, Hope A. **The power to name**: locating the limits of subject representation in libraries. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 2002.

PINHO, Fábio Assis. **Aspectos éticos em representação do conhecimento em temáticas relativas à homossexualidade masculina**: uma análise da precisão em linguagens de indexação brasileiras. 2010. 149 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2010.

PINHO, Fábio Assis. Estudo terminológico para análise de domínio de gênero e sexualidade: o caso de termos «fronteiriços» para sistemas de organização do conhecimento. **Estudios LGBTIQ+, Comunicación y Cultura**, [s.l.], v. 1, n. 1, p. 67-80, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.5209/eslg.75417>. Acesso em: 15 jan. 2026.

PINHO, Fábio Assis; GUIMARÃES, José Augusto Chaves. A precisão nas linguagens de indexação: um estudo com a temática da homossexualidade masculina. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 12., 2011, Brasília. **Anais [...]**. Brasília: Universidade de Brasília, 2011. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/175062>. Acesso em: 15 jan. 2026.

PRADO, Marco Aurélio Máximo. MACHADO, Frederico Viana. **Preconceito contra homossexualidades**: a hierarquia da invisibilidade. São Paulo: Editora Cortez, 2008.

PRECIADO, Paul B. **Manifesto contrassexual**: práticas subversivas de identidade sexual. Tradução: Maria Paula Gurgel Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2022

QUINALHA, Renan. **Movimento LGBTI+**: uma breve história do século XIX aos nossos dias. Belo Horizonte: Autêntica, 2022, 198 p.

RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. **Bagoas**, [s.l.], v. 4, n. 5, p. 17-44, 2010. Tradução: Carlos Guilherme do Valle. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2309>. Acesso em: 10 mar. 2026.

RUBIN, Gayle. **Políticas do sexo**. Tradução: Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Ubu Editora, 2017. 144 p. Títulos originais: Thinking Sex e The Traffic in Women.

SWALES, John M. The concept of discourse community: some recent personal history. **Composition Forum**, [s.l.], v. 37, 2017. Disponível em: <https://compositionforum.org/issue/37/swales-retrospective.php>. Acesso em: 04 mar. 2026.

THE YOGYAKARTA principles plus 10: additional principles and state obligations on the application of international human rights law in relation to sexual orientation, gender identity, gender expression and sex characteristics to complement the Yogyakarta principles. Geneva, nov. 2017. Disponível em: <https://yogyakartaprinciples.org/>. Acesso em: 12 mar. 2026.

TORRES, Marco Antônio; PRADO, Marco Aurélio. Professoras Transexuais e Travestis no Contexto Escolar: entre estabelecidos e outsiders. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 39, n. 1, p. 201-220, jan./mar. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/dbgdx9V7QvJDKv3DXk84Kp/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 mar. 2026.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade**. 4. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

VERGUEIRO, Viviane (Viviane Vergueiro Simakawa). **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade** 2015. Dissertação (Mestrado em Poscultura) - Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade (Poscultura), Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, Brasil.

WITTIG, Monique. **O Pensamento Hétero e outros ensaios**. Tradução: Maíra Mendes Galvão. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

ZAMBRANO, Elizabeth; LOREA, Roberto; MYLIUS, Leandra; MEINERZ, Nádia; BORGES, Priscila. **O Direito à Homoparentalidade**: cartilha sobre as famílias constituídas por pais homossexuais. Porto Alegre: Instituto de Acesso à Justiça, 2006.

ZILLER, Joana; BARRETOS, Dayane do Carmo; XAVIER, Kellen do Carmo. O papel pedagógico da mídia no dispositivo da sexualidade. **Revista Esferas**, [s.l.], n. 27, p. 1-24, 2023. Disponível em: <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/esf/article/view/14392>. Acesso em: 12 mar. 2026.

LICENÇA DE USO

Direitos autorais das pessoas autoras, 2026. Licenciado sob [Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional \(CC BY 4.0\)](#).

PUBLISHER

Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ANCIB). As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EQUIPE EDITORIAL

Martha Suzana Cabral Nunes, Maria Cleide Rodrigues Bernardino, Franciéle Carneiro Garcês-da-Silva.

COMO CITAR

CHAGA, Leonardo Borges Rodrigues; MOURA, Maria Aparecida. Caracterização do domínio da diversidade sexual e de gênero. **Tendências da Pesquisa Brasileira e Ciência da Informação**, São Paulo, v. 19, p. 1-25, jan./jun. 2026.